



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

NATIELLE MAIOLINO ROSA VILLA NOVA

**A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE GUSTAVO CAPANEMA PARA
O ENSINO SECUNDÁRIO DE 1934 A 1945.**

MARINGÁ

2011

NATIELLE MAIOLINO ROSA VILLA NOVA

A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE GUSTAVO CAPANEMA DE
1934 A 1945.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Pedagogia noturno da Universidade Estadual de
Maringá.

Orientador: Prof. Dra. Maria Cristina Gomes
Machado

MARINGÁ

2011

NATIELLE MAIOLINO ROSA VILLA NOVA

A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE GUSTAVO CAPANEMA DE
1934 A 1945.

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.

Orientador: Prof. Dra. Maria Cristina Gomes
Machado

BANCA EXAMINADORA

Maria Cristina Gomes Machado

Prof. Orientador
Universidade Estadual de Maringá

Darlene Novacov Bogatschov

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá

Natalina Francisca Mezzari Lopes

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Maringá

Maringá, _____ de _____ de _____.

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, que tem me abençoado, renovado minhas forças e ânimo, tem cuidado de mim em todos os meus afazeres.

Aos meus pais, Macário e Carla, que sempre me apoiaram, me incentivaram e me amaram durante toda minha vida.

Ao Rodrigo, meu esposo, por tanto amor, carinho, atenção e paciência, durante todo curso.

Aos meus filhos Nicolas e Guilherme, que me fizeram compreender o valor e a importância da vida.

À todos que fizeram parte da minha vida, neste período tão importante, meu afeto e minha gratidão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof. Dra. Maria Cristina Gomes Machado e à Universidade Estadual de Maringá – UEM.

As minha amigas Grazielle, Graciele, Tania, Sthefane e Micheli pelo companherismo e amizade.

NOVA, Natielle Maiolino Rosa Villa. **A Perspectiva das Políticas Educacionais de Gustavo Capanema de 1934 a 1945**, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é investigar as mudanças educacionais realizadas entre 1934 a 1945, destacando as ações de Gustavo Capanema na educação brasileira no período em que esteve como ministro da educação, o qual implantou reformas para prover melhorias a este sistema. A escola neste contexto era tida como espaço privilegiado de construção de identidades, por sua vez voltada para a elite da sociedade. A partir de então é promulgada, por iniciativa de Capanema, as Leis Orgânicas do Ensino. O Decreto-Lei n.4.244 de 9 de abril de 1942, mais conhecida com Reforma Capanema ou Lei orgânica do ensino secundário, teve por objetivo reformular a concepção existente do ensino médio, padronizando assim todo o sistema nacional de educação, com a intenção de adequá-lo à nova ordem econômica e social que se configurava no Brasil naquela época, fortalecendo o caráter elitista deste nível de ensino.

PALAVRA CHAVE: Educação. História da Educação. Capanema

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
2 CAPANEMA E O DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	14
3 A LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como intuito responder as seguintes indagações: Como foram realizadas as reformas promovidas por Gustavo Capanema (1900-1985)¹ no campo educacional nos anos de 1934 a 1945, destacando suas ações frente à realidade social vigente, bem como a repercussão destes atos na sociedade brasileira? Como a política de Getúlio Vargas usou a educação para difundir o ideal de sociedade e fomentar o desenvolvimento da indústria nacional?

Assim objetiva-se verificar a estrutura organizacional da educação brasileira no período de 1934 a 1945 em que Gustavo Capanema foi ministro da educação, destacando as reformas empreendidas por ele para o ensino secundário e as obras referentes à temática educação, de modo a compreender o sistema educacional do país, como a educação era constituída pelo Estado e assim destacar as transformações que o sistema sofreu no período.

Gustavo Capanema Filho foi um homem muito importante para a nação, pois proveu o desenvolvimento educacional em seu mandato. Capanema por ser muito influente em seus relacionamentos, teve o apoio dos intelectuais da época para fomentar a reorganização do sistema educacional e o crescimento da educação. Cabe salientar, que tal crescimento se resume a quantidade de atendidos pelo ensino e não a qualidade do mesmo, pois a educação continuou assumindo o caráter elitista, ocasionando os movimentos populares.

Os movimentos populares são reflexo da evolução do homem, haja visto que a sociedade moderna necessita se estabelecer socialmente para se ascender. Deste modo, segundo Cancian (2001) a cidadania moderna se constitui em três etapas, os direitos civis, direitos políticos e direitos sociais. Em nossa sociedade os direitos civis foram alcançados no século XVIII, os direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no século XX.

¹ Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui no interior de Minas Gerais em 10 de Agosto de 1900 e faleceu no Rio de Janeiro em 10 de março de 1985. Foi um político brasileiro, o ministro que mais tempo ficou no cargo em toda a história do Brasil. Este iniciou seus estudos em Pitangui, transferindo-se em seguida para Belo Horizonte. Em 1920 ingressou na Faculdade de Direito de Minas Gerais. Em 1925, retornou a Pitangui, onde lecionou e advogou até 1929. Ao longo desse período, ingressou ativamente com a reforma educacional iniciada por Francisco Campos em sua gestão como secretário do Interior do governo mineiro de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada (1926-1930). Desta forma, passou a fazer parte da política nacional, elegendo-se em 1927 a vereador da câmara municipal de Pitangui. Assim sendo, cabe salientar que Gustavo Capanema percorreu um longo caminho no meio político brasileiro alcançando seus objetivos e fortalecendo alguns laços (vinculos) realmente importantes no meio, que por sua vez, resultou em sua ascensão política.

No Brasil, os direitos sociais ganham espaço na época do Estado Novo, com Getúlio Vargas no domínio da nação (1930-1937), no qual, a sociedade passa a se reunir, a fim de garantir seus interesses sociais. Daí cresce os movimentos populares.

Em 26 de julho de 1934, Capanema é nomeado ministro da educação e saúde pública, tendo como objetivo reorganizar o ministério (tanto em sua forma física como organizacional) e tecer ideias novas que trouxessem crescimento para o país. Assim, em 1935, retomou as campanhas sanitárias que tinham sido interrompidas entre 1930 e 1934 e deu início a estudos que visassem à possibilidade de criação da Universidade do Brasil e à construção do edifício-sede do ministério no Rio de Janeiro. Capanema encaminhou ao Congresso o Plano de Reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, que só foi aprovado em Janeiro de 1937. A aprovação do plano de reorganização do ministério, pela lei de 17 de janeiro de 1937, permitiu a criação de novos organismos, contribuindo decisivamente para a dinamização de seus serviços. Pela mesma lei, o ministério teve sua designação alterada, passando a chamar-se oficialmente Ministério da Educação e Saúde.

Gustavo Capanema ao assumir o ministério, realiza um acordo com a Igreja, os civis manifestantes e Getúlio Vargas, com o objetivo de estabelecer a educação religiosa na escola, deste modo à Igreja apoiaria a política adotada por Getúlio Vargas.

É necessário destacar que, na Era Vargas, a política que imperava era a ditadura, pois o país passou a ser governado por meio de decretos e leis, ocasionando mudanças significativas no próprio sistema político, econômico e social, ou seja, o governo passou a interferir em todos os setores de desenvolvimento da nação.

As transformações no campo político iniciaram a partir do momento em que Vargas limitou o poder dos estados, isto é, retirou deles a autonomia alcançada com a primeira Constituição do governo republicano que declarou ser o Brasil uma república federativa. A economia estava voltada à agricultura, contudo o país se preocupou com o avanço da industrialização, pois reconheceu que este avanço poderia mudar o foco do desenvolvimento, haja visto que o processo almejou essencialmente o lucro do país e conseqüentemente o enriquecimento material. A sociedade brasileira se agitava, pois o movimento dos trabalhadores se intensificava, estes faziam greves e protestos com vistas à obtenção de melhores salários. O governo buscou redirecionar e acalmar os ânimos dos trabalhadores, intervindo diretamente em

suas vidas, por meio da regulamentação das relações de trabalho e manutenção dos sindicatos sob a tutela estatal.

Em meio a este contexto é que surgiram os movimentos populares aos quais reivindicavam por uma educação mais aberta, aproximando-se mais da realidade, estando disposta a atender um número maior de alunos. Dessas acepções, constata-se que a preocupação estava em fazer com que a educação conseguisse manter as crianças na escola, pois os dados da época revelavam um alto número de evasão.

Ao verificar a realidade mundial em meio à Segunda Guerra (1939 – 1945), segundo Romanelli 1993, Piletti 1996, percebe-se que a fragilidade, a instabilidade política, econômica, social e de desenvolvimento no Brasil estava bem presente, deste modo, a situação educacional não poderia estar diferente, a mesma estava muito desestruturada.

O Brasil neste período era comandado por Getúlio Vargas, que promoveu várias mudanças no país, tanto sociais quanto econômicas, instaurando no Brasil o “Estado Novo” (1937 - 1945). Este foi institucionalizado a partir da Constituição de 1937 e possuía um caráter autoritário e centralizador. Este regime apresentou várias transformações políticas, sociais, econômicas e na legislação trabalhista. Estes avanços para os trabalhadores se deu devido ao apoio das indústrias, que necessitavam de mão-de-obra qualificada. Deste modo, além de terem os embasamentos legais para exercerem suas profissões, receberam uma educação voltada às necessidades trabalhistas, isto é, a escola assumiu o papel de reprodutora do meio, no qual tinha por objetivo selecionar conteúdos capazes de favorecer o desenvolvimento do homem, enquanto cidadão apto para o trabalho.

Desta forma, cabe ressaltar que em meio à Segunda Guerra Mundial a preocupação do Governo estava em sanar, sobretudo os conflitos internos, para que os prejuízos externos não influenciassem tão fortemente o desenvolvimento da nação.

A forma de governo de Getúlio Vargas se resumia em um regime fechado e autoritário. Deste modo, Vargas fechou o Congresso Nacional e criou o Tribunal de Segurança Nacional. Os prefeitos passaram a ser nomeados pelos governadores e esses, pelo presidente. Foi criado então o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com o intuito de projetar Getúlio Vargas como o "Pai dos Pobres" e o "Salvador da Pátria".

Seguindo esta mesma linha de governo, Vargas teve o interesse em restabelecer a educação brasileira. Tal educação seguiu o mesmo projeto político do presidente, se inovou a

partir de uma ideologia autoritária, nacionalista e fechada, isto é, estava voltada a elite, mesmo sendo divulgada como um bem de todos.

Assim, devido a este novo regime político e educacional (Estado Novo) embasado pela Constituição de 1937, Vargas junto ao ministro da educação Gustavo Capanema legalizaram uma nova estrutura de ensino, de modo que:

O ensino ficou composto, neste período, por cinco anos de curso primário, quatro de curso ginasial e três de colegial, podendo ser na modalidade clássico ou científico. O ensino colegial perdeu o seu caráter propedêutico, de preparatório para o ensino superior, e passou a preocupar-se mais com a formação geral. Apesar desta divisão do ensino secundário, entre clássico e científico, a predominância recaiu sobre o científico, reunindo cerca de 90% dos alunos do colegial. (PILETTI, 1996, p. 90).

Desta forma, cabe ressaltar que, o ensino científico teve maior predominância, pois o mesmo encaminhava o sujeito ao ensino superior. Tais mudanças foram conhecidas como Leis Orgânicas do Ensino Secundário ou Reforma Capanema que ocorreram em 1942 e estiveram em vigor até 1961 com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 4024/61.

Ao analisar-se a sociedade brasileira da época, tem-se a impressão de que os homens e a própria instituição escolar, tratavam a educação, como meio de transformação do homem (ato de ensinar, transmitir valores, mutação de valores, dentre outras) como utopia, mas tal atitude se tornava contraditória, pois a sociedade depositava na escola um ideal transformador.

[...] a reforma da sociedade se daria pela reforma da educação e do ensino, a importância da ‘criação’ de cidadãos e de reprodução/modernização das ‘elites’, acrescidas da consciência cada vez mais explícita acerca da função da educação no trato da questão ‘social’: a educação rural, para conter a migração do campo para as cidades e a formação técnico-profissional do trabalhador, visando solucionar o problema das agitações urbanas. (MORAES, 2000, p.132).

A escola era vista como motor de transformação social, capaz de promover o progresso do país. Assim, cabe ressaltar, que o interesse pelo tema para desenvolver este trabalho iniciou por meio de estudos sobre a educação, que por sua vez, comprovam sua limitação. Assim, tem-se que a situação da educação brasileira hoje, é decorrente de ações passadas, a qual foi fundamental em determinado período.

Essa pesquisa pretende contribuir para a compreensão da educação atual, destacando o processo que esta percorreu, levando em consideração as reformas educacionais mais importantes que propiciaram um desenvolvimento na educação até os tempos atuais. Assim, identificar se houve modificação nos valores e princípios referentes à educação.

Essa pesquisa, de cunho bibliográfico, procura por meio da análise de obras que destacam a influência da educação nos tempos de Capanema até os dias atuais, especialmente ao que diz respeito à estrutura. Para realização deste artigo, a fundamentação teórica foi embasada em autores que desenvolvem suas pesquisas na área.

Desta forma, serão analisados autores que contribuem e discutem com seriedade e criticidade o tema proposto. Dermeval Saviani (2007), por exemplo, trata da temática da educação e a explica como processo de socialização, no qual é mutável e pode ser entendida como fruto da cultura e de sua história.

O autor Schwartzman (1982 e 1984), trabalha o tema educação brasileira, suas alianças e consequências no período de 1934 a 1945 em que Gustavo Capanema foi Ministro da Educação. Para este autor a educação é um processo, isto é, se transforma conforme a realidade política, social e econômica do momento, a fim de propiciar ao sujeito uma boa formação, condizente com sua realidade, tornando o mesmo, capaz de analisar o meio e se transformar frente ao futuro.

Schwartzman (1984) faz em seu texto algumas ligações entre a educação existente nos tempos de Capanema até os dias atuais, afirmando que a educação nada mais é do que privilégio de poucos, isto é, mesmo sendo obrigatória é desfrutada apenas pela elite, desde a educação básica até o ensino superior.

Já Otaíza Romanelli (2002) trabalha a história da educação apontando algumas ideias centrais do campo educacional no governo de Gustavo Capanema como o ensino pré-vocacional e profissional e a Reforma Capanema, mais conhecida como Leis Orgânicas do Ensino. Neste mesmo período, a escola de aprendizagem é destinada à formação profissional de seus aprendizes.

Piletti (1996) utiliza a Reforma Capanema para explicar a educação brasileira com o dualismo. A própria Lei Orgânica do Ensino propiciava dois "caminhos" a serem percorridos que era do ensino primário e do ensino profissionalizante. O dualismo na educação se dava como um sistema de ensino bifurcado, com o ensino público destinado às "elites condutoras" e o ensino profissionalizante para as classes populares.

Além do dualismo na educação brasileira se estabelecer como principal método de ensino, o setor educacional brasileiro neste período agregava valores patrióticos, isto é, desde as séries iniciais, o nacionalismo totalitário é transmitido como verdade, sendo indispensável para a boa formação do sujeito.

A intenção do sistema a princípio, seria transmitir ideias de uma sociedade corporativa, o qual cada um teria uma função determinada, visando sempre o bem do próximo e não ideias de criticidade ou ideias que despertassem as práticas reflexivas. Assim, todos deveriam idolatrar o "pai da nação" (Getúlio Vargas) e obedecê-lo, deste modo haveria êxito na formação dos indivíduos, sendo “domesticados” a manterem a ordem.

Espero, ao concluir os estudos, contribuir com a formação dos indivíduos referentes à concepção de educação como processo e não como uma ação estagnada, no sentido de orientá-los da necessidade de construir uma educação cada vez mais produtiva, quantitativa e qualitativa.

Deste modo, apresentarei no decorrer do artigo a organização do sistema educacional do país no período em que ocorreu a Reforma Capanema, em 1942, salientando as condições sociais, econômicas e políticas vigentes do período.

2- CAPANEMA E A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO.

Segundo Romanelli (1978), o contexto que o Brasil vivenciava antes de Capanema assumir o ministério se resumia em um momento de maturidade, pois ocorria a tentativa de vencer os problemas econômicos, políticos e sociais que se acirravam, isto é, a luta da sociedade para vencer as exigências políticas ganhava força, no qual utilizavam o poder da voz para se expressarem, sendo tal comportamento uma novidade frente à realidade do período. Os conflitos, tanto sociais quanto políticos, vividos a partir da década de 1920 com a crise econômica, a revolução dos militares, o crescimento das camadas populares além dos conflitos políticos, no qual o caos social se estabelecia, provocando revolução no meio. Cabe ressaltar, que um dos mais significativos avanços na sociedade foi à urbanização e o crescimento das indústrias. Assim, com tanta transformação, é certo que os conflitos sociais aumentariam. A busca de uma nova política se instaurava, política esta que pudesse atender a sociedade nos níveis sociais, econômicos, intelectuais e culturais, isto é, que atendesse as necessidades básicas dos trabalhadores como educação, saúde, empregos, dentre outros.

É necessário salientar, que no Brasil a partir da década de 1940, houve um efetivo crescimento industrial, no qual muitos imigrantes se instalaram no país a fim de ofertar sua mão de obra. Neste sentido a diversidade cultural era imensa ocasionando muitas vezes, conflitos. Desta forma, tem-se que o grande dilema estava em formar uma só identidade nacional, para que os objetivos sociais, econômicos e políticos dos trabalhadores fossem os mesmos.

Segundo Fausto (1977), o movimento operário surge em decorrência ao sistema capitalista. Neste sistema, o trabalhador não tinha direito a voz, devendo apenas prestar seus serviços a fim de gerar lucros. Com o crescimento do capitalismo na sociedade, as crises trabalhistas se intensificaram, haja vista que este sistema não se importa com o trabalhador. A condição de vida dos operários era péssima, de muita pobreza, pois os mesmos eram explorados e mal remunerados pelo serviço prestado, o ambiente de trabalho não apresentava as mínimas condições de higiene, isto é, o reconhecimento do empregador sobre o empregado era inexistente. Deste modo, para os trabalhadores alcançarem seus objetivos, era necessário realizar reivindicações, greves, paralisações, dentre outras formas de protesto para serem ouvidos e atendidos.

As mudanças que estavam ocorrendo estavam diretamente ligadas ao homem e suas ações, isto é, devido ao desenvolvimento da sociedade e do próprio homem a estrutura

organizacional da sociedade deveria se transformar para que pudesse superar o contexto social que se tinha, ou seja, um sistema e uma política de interesses.

Ao avaliar o Brasil no âmbito educacional, tem-se que a educação avançou em qualidade e quantidade de atendidos, mesmo sofrendo com os entraves encontrados neste processo. Desta forma, frente às dificuldades encontradas no sistema educacional brasileiro, algumas reformas foram propostas a fim de contribuir com novos encaminhamentos para ações futuras, assim, destaca-se a Reforma Capanema, uma reforma que visava modificar o sistema educacional do Brasil, bem como zelar por sua manutenção.

A Reforma Gustavo Capanema (1942) ocorreu no governo de Getúlio Vargas, no chamado Estado Novo, período marcado pelo regime totalitário, que iniciou em 10 de novembro de 1937 e se estendeu até 29 de outubro de 1945.

Junto aos fatores sociais, o sistema educacional se transformou quando foi instaurada a Reforma Francisco Campos (1930) e o Manifesto dos Pioneiros (1932). O Brasil neste período se define com o governo provisório, com lutas ideológicas a fim de sanar os conflitos sociais e econômicos do período.

Em meio a tantas transformações políticas, a educação assumiu um caráter sistematizado a partir da Reforma Francisco Campos, que por sua vez, foi denominada a primeira reforma educacional de caráter nacional, no qual ocorreu de 1930-1934, sob o comando do ministro da educação e saúde Francisco Campos. Esta reforma visou à criação do Conselho Nacional de Educação e organização do ensino secundário, comercial e superior.

A reforma Francisco Campos de 1931 foi extremamente importante, pois estabeleceu relações entre o governo e a educação. Para ele a transformação da sociedade começa na escola, formando um cidadão patriota e apto para o meio. O governo priorizou a educação para a elite, assim, a partir de Campos, a educação atingiu vários níveis de ensino, sendo estes o secundário, o comercial e o superior.

[...] o ensino secundário foi reformado na lógica de uma formação propedêutica para o ensino superior; dos cursos técnico-profissionais foi organizado o ensino comercial, que não permitia o acesso dos alunos ao ensino superior, privilégio exclusivo dos que concluíam o ensino secundário propedêutico. Na prática, a reforma de Campos estabeleceu um projeto de educação diferenciado: uma educação “para pensar” e outra “para produzir”. (ZOTTI, 2004, p.110)

A proposta do ensino secundário e comercial se fundamentou, pois houve um aumento de produção no Brasil, resultante das indústrias que se instalaram, neste sentido, a necessidade de desenvolver uma educação profissional no Brasil para as classes menos favorecidas economicamente era essencial, haja vista que seria a nova mão-de-obra qualificada. Assim, a educação alcançou dois seguimentos, um ensino voltado para a elite e outro para classe trabalhadora, um ensino dual.

Francisco Campos instaurou uma estrutura orgânica no ensino secundário, superior e comercial, criando um sistema educacional, dando início a uma construção objetiva no caráter educacional por parte do Estado. (ROMANELLI, 2002). Deste modo, é importante destacar que em meio a este processo, a política educacional favoreceu as elites, garantindo a esta o domínio cultural e econômico sobre o restante da população, que garantiu apenas o trabalho. Assim sendo, em meio a este processo educacional que se formava, o ensino profissionalizante ganhou força, pois devido à divisão de classes, os menos favorecidos necessitavam de uma qualificação, que seria suprida pela escola, pois a educação teria como objetivo formar o cidadão para o trabalho.

A educação no Brasil se dava de forma fragmentada, sem embasamentos científicos, no entanto, a partir do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), devido ao empenho dos democratas a inovação no campo da educação brasileira passou a ser discutida, pois o progresso era a ação primordial neste período e só seria alcançado por meio da educação.

Neste sentido, o Manifesto teve por objetivo mostrar ao governo a importância de fornecer uma educação pública gratuita, mista, laica e obrigatória, com o intuito de formar o ser bondoso, sábio e apto a aprender a aprender. Isto quer dizer que o Estado deveria se responsabilizar pelo dever de educar o povo, responsabilidade esta que era, a princípio, atribuída à família. Esta responsabilidade estaria baseada nos interesses dos indivíduos, em conscientizar que a formação se fazia necessária mediante ao meio em que vivia, para tanto a educação deveria ser obrigatória. Em função disso, a organização educacional tinha como finalidade prover uma educação igualitária, sendo o conhecimento de acesso a todos.

De acordo com Bello (2011), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932) foi redigido por 26 intelectuais da época que acreditavam que a educação poderia organizar a sociedade. O manifesto foi o primeiro documento norteador da política educacional do país, no qual propunha que o Estado se ordenasse de forma igualitária, sendo a escola, laica, obrigatória, de qualidade e gratuita.

Estes princípios remetem a uma nova forma de estruturação da escola. A laicidade coloca a escola acima dos conceitos religiosos, a obrigatoriedade do ensino se estabelece, pois tem por objetivo alcançar a todos, assim, deve ser gratuita e de qualidade.

Gustavo Capanema, ao assumir o Ministério de Educação e Saúde (1934), desenvolveu projetos importantes para reorganizar o processo educacional do país. Deste modo, teve auxílio de intelectuais que gerou uma imagem de modernização da educação. Para ele, a essência estava em criar bases, novas ideias para que houvesse uma boa educação, que fosse descentralizada, preocupada com as questões sociais e a própria escola.

O autor Simon Schwartzman (1985), em sua interpretação sobre o período de governo de Gustavo Capanema, afirma que, a imagem de modernização, que se expressa na passagem do mesmo pelo Ministério da Educação foi enorme, no qual muitas vezes nos dificulta analisar outros aspectos relevantes em sua gestão.

Quando Capanema assumiu o Ministério da Educação, firmou-se o pacto político entre Getúlio Vargas e a Igreja católica. Segundo este acordo, a Igreja daria ao governo apoio político e receberia em troca a aprovação das chamadas “emendas religiosas” na Constituinte de 1934, que incluía, entre outras coisas, a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas.

O Brasil respirava, naqueles anos, as disputas da educação pública com a educação privada, um embate marcado entre os defensores do ensino leigo, universal e público e a Igreja, defensora do ensino privado e confessional.

Com o pacto de 1934, a Igreja cessou seus ataques à interferência do Estado na educação, passando a trabalhar para que esta educação tivesse a forma e os conteúdos que ela considerava adequados.

A partir de então começaram as reformas educacionais, pois ocorreria a acomodação entre a Igreja e o Estado. O movimento dos pioneiros da educação nova tinha perdido sua nitidez, ampliava as inferências federais na educação, no qual o ensino primário mantinha-se como responsabilidade dos estados, enquanto o governo federal responsabilizava-se pelo ensino secundário e superior.

Um dos principais resultados da colaboração entre a Igreja e o Ministério da Educação foi a grande ênfase dada ao ensino humanista na escola secundária, em detrimento da formação científica e técnica. A ênfase no aspecto humanista para o nível secundário se explicava pela ideia, então existente, de que caberia à escola secundária a formação das elites condutoras do

país, enquanto que as grandes massas seriam atendidas pelo ensino primário ou por escolas profissionais menos prestigiadas como, comercial, agrícola, industrial, entre outras.

A partir da análise da realidade educacional, constatava-se que o ensino médio profissional nunca recebera a atenção necessária dos órgãos competentes, neste sentido nunca alcançou os níveis de qualidade esperados, isto por que o sistema de ensino visava manter o meio social vigente. Dessas acepções, tem-se que a educação não formava sujeitos críticos, mas sujeitos aptos para o mercado de trabalho.

Assim sendo, frente a tal situação se decreta as Leis Orgânicas: do ensino industrial (1942), secundário (1942), comercial (1943), primário (1946), normal e agrícola (1946). E Decretos que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI² e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, respectivamente em 1942 e 1943.

O ensino industrial nada mais é do que uma preparação profissional dos trabalhadores para a indústria. A lei nº 4.073 – de 30 de Janeiro de 1942, afirma que este ensino prepara profissionalmente (capacitação) os homens, a fim de torná-los trabalhadores qualificados. Assim, devido ao aumento das indústrias e a obrigatoriedade deste ensino, Capanema se dedicou ainda mais a estabelecer e priorizar o ensino profissionalizante.

Já o ensino secundário se fundamentou com o Decreto – Lei nº. 4.244 – de 9 de Abril de 1942 que pode ser resumido em um sistema no qual a educação está a serviço da nação, sendo o ensino considerado o melhor meio para moldar um sujeito com princípios éticos e morais, no qual valoriza a cidadania, dentre outras atribuições.

Neste período, a busca por uma sociedade perfeita com homens perfeitos era bem visível, mas para que o homem alcançasse tal perfeição, era necessário, primeiramente, alcançar a condição de civilização, compreendendo seu papel na sociedade, neste sentido, a educação recebia a atribuição de formar este sujeito, com a mão-de-obra qualificada, sendo capaz de viver no meio social industrial e urbano.

² O Senai é o maior centro de educação profissional da América Latina, desenvolve projetos por todo país e tem por objetivo qualificar a mão-de-obra e sanar com as necessidades de pessoal da indústria, isto é, tem por objetivo atender a formação secundária do operário. Desta forma, contribui para o desenvolvimento do país. O Senac é uma instituição de educação profissional que visa formar o sujeito apto para o comércio, isto é, atende todos os setores, como saúde, gastronomia, estética, dentre outros. Cabe ressaltar que o SENAI e o SENAC, desde sua criação são mantidos pelo ministério da Indústria e comércio, mas estabelece relações com o ministério da educação, pois oferta cursos profissionalizantes, seguindo os princípios educacionais do país, de modo a auxiliar o processo de formação de mão de obra qualificada dos indivíduos por meio do conhecimento científico.

O ensino comercial tinha suas bases no Decreto-Lei nº. 6.141 – de 28 de Dezembro de 1943 que garantia um ensino voltado para os setores específicos do comércio, envolvendo áreas administrativas, de relacionamentos, dentre outros.

É necessário salientar, que no período em que as leis nº. 8.529 (1946), nº. 8.530 (1946) e nº. 9.613 (1946) foram instituídas, Gustavo Capanema não era mais ministro da educação, mas o mesmo colaborou para a elaboração desses decretos, mesmo não sendo ele quem aprovou e assinou a lei.

O Decreto – Lei nº. 8.529 – de 2 de Janeiro de 1946 legitima o ensino primário como ensino obrigatório. Este por sua vez tem por objetivo formar o cidadão, com um espírito nacionalista, proporcionando uma boa formação, aumentando os níveis de conhecimento e o desenvolvimento da personalidade. O ensino normal foi fundamentado na lei nº. 8.530 – de 2 de Janeiro de 1946 que visa formar docentes para atuar nas escolas primárias, habilitando-os tanto para a docência quanto para a administração escolar.

Por fim, o Decreto - Lei nº. 9.613 – de 20 de Agosto de 1946 regia o ensino agrícola, garantindo um ensino preparatório para a vida no campo, isto é, uma formação que visava contribuir com a realidade do trabalho agrícola.

Para o ensino superior, cabe ressaltar que em 20 de Janeiro de 1939, Capanema por meio do Decreto Lei nº. 1063 incorporou à Universidade do Distrito Federal a Universidade do Brasil. A Igreja como estava caminhando junto neste processo, contribuiu para a seleção ideológica de funcionários ministeriais e professores, particularmente, os da Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro).

A luta por espaço, desenvolvida por Capanema ao longo de seus onze anos de Ministério, deve ser entendida no contexto das variações do pacto entre a Igreja e o Estado naqueles anos. Um dos formuladores mais ativos deste pacto havia sido Francisco Campos, primeiro Ministro da Educação, que ambicionava transformar a Igreja em grande instrumento de mobilização popular para a sustentação de um regime autoritário.

3 A LEI ORGÂNICA DO ENSINO SECUNDÁRIO

A educação brasileira teve grande desenvolvimento em meio ao Estado Novo (1937-1945), com a decretação das leis Orgânicas de Ensino, pois a indústria se instalava no Brasil em larga escala, sendo, portanto indispensável à elaboração de um sistema educacional, que visasse à formação do homem apto para o meio, isto é, com a mão-de-obra qualificada.

Em um discurso realizado em 1933 na Bahia, Vargas declarou que “[...] a instrução que precisamos desenvolver até o limite extremo de nossas possibilidades, é a profissional e técnica” (VARGAS, 1933, apud PINHEIRO, 2002, p. 200). Deste modo, percebe-se com o discurso de Vargas, que seu governo priorizava o desenvolvimento da nação a qualquer custo, isto é, não estava interessado em desenvolver nos homens a habilidade de criticar, pensar e avaliar o meio, mas desenvolver a nação por meio de um ensino que visava capacitar de forma rápida o indivíduo para o trabalho, considerando a necessidade do país.

Assim, cabe ressaltar que a educação avançava em transformação e modernização, pois a mesma detinha um novo princípio educativo, partindo de uma educação para elite, por meio de métodos tradicionais, para uma educação dual, com métodos novos. Contudo, este processo sofreu críticas, pois por meio desta modernização, a educação passava a ter como objetivo formar mão-de-obra para as grandes indústrias locais, continuando a ser concebida como o meio de ascensão social e econômica do homem.

Durante o mandato de Gustavo Capanema (1934-1945), foi instituído um sistema educacional brasileiro, cujo nome era Lei Orgânica do Ensino, vulgarmente conhecida como Reforma Capanema. Tal Reforma aconteceu a partir de 1942 em meio ao Estado Novo e foi marcada pela articulação entre os ideais nacionalistas de Vargas e o projeto político para a educação. Foi a Reforma Capanema que enfatizou o dualismo do ensino brasileiro.

Tal mudança no campo educacional brasileiro se deu, pois o aumento das indústrias no país estava cada vez maior. Desta forma, Nagle (2001) analisa a situação anterior ao governo de Getúlio Vargas que se mantinha na década de 1930, deste modo:

Nesse sentido, os efeitos do entusiasmo pela educação e do otimismo pedagógico estavam limitados pela conservação dos padrões tradicionais de ensino e cultura da escola secundária, bem como pela posição desta última no sistema escolar em vigor; era através dessa instituição que se mantinha a separação entre “elite” e “povo”. Quaisquer traços que as outras instituições escolares, de nível primário ou médio, pudessem apresentar de novo, o

juízo dos resultados estava sempre limitado às possibilidades de articulação e acesso ao secundário. (NAGLE, 2001, p. 155).

Por entre este sistema educacional, a educação secundária foi ganhando força e deixou marcas profundas e duradouras. A educação defendida serviria para desenvolver capacidades físicas e intelectuais nos sujeitos, pois devido à divisão socioeconômica da época, a necessidade de trabalhadores capacitados era grande, então a mão-de-obra deveria ser treinada. Assim, a escola assumia este papel de educar o sujeito para sua vivência social. A educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, no qual a realidade moral, política e econômica deveria ser constituída. Desta forma o ministro afirmava:

É que o ensino secundário se destina à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo. Ele deve ser por isto, um ensino patriótico por excelência, e patriótico no sentido mais alto da palavra, isto é, um ensino capaz de dar aos adolescentes a compreensão da continuidade histórica da pátria, a compreensão dos problemas e das necessidades, da missão e dos ideais da nação, e bem assim dos perigos que a acompanhem, cerquem ou ameacem um ensino capaz, além disto, de criar, no espírito das gerações novas, a consciência da responsabilidade diante dos valores maiores da pátria, a sua independência, a sua ordem, o seu destino. (BRASIL, 1942, p. 34-35).

Deste modo, o termo trabalhador e nação eram complementares, sendo o ensino secundário o meio para o indivíduo conseguir se estabelecer socialmente. Para Gustavo Capanema, a formação dos sujeitos deveria propiciar uma humanização e deveria ser responsabilidade do Estado. Assim sendo, o projeto pedagógico do Ministério da Educação, deveria ser propiciar meios para a habilitação profissional, isto é, trabalhar não seria apenas exercer uma atividade remunerada, mas sim apresentar-se enquanto cidadão.

Ser cidadão se resumia em ser um sujeito capaz de viver em harmonia com sua nação, isto é, um indivíduo que aceitasse sua condição social sem travar embates com o setor político do país. Assim, tinha-se que caberia a este homem lutar por seus objetivos e próprio sustento, sendo este seu objetivo na vida em sociedade. Em relação às transformações sociais, este homem não se expressava, pois como citado anteriormente, sua função era trabalhar e não pensar ou agir frente à realidade do país. Neste sentido, Carvalho (2008) afirma que “[...] a construção da cidadania tem a ver com a relação das pessoas com o Estado e com a nação. As pessoas se tornavam

cidadãs à medida que passavam a se sentir parte de uma nação e de um Estado" (CARVALHO, 2008, p.12).

Assim, concebia-se que para o sujeito ser considerado parte integrante da nação, o mesmo deveria seguir os princípios impostos pelo poder público, sendo estes condizentes ou não com os valores próprios, pois se fosse contrário a esta ordem não seria considerado parte da nação. Deste modo, percebe-se a necessidade do homem em estabelecer vínculos e boas relações com o próximo, Estado e país, para poder se estabelecer socialmente, contribuindo para o progresso da nação.

O ensino secundário deveria promover no aluno uma transformação interior, isto é, formar a personalidade do mesmo. Neste sentido, Capanema destaca que:

O que constitui o caráter específico do ensino secundário é a sua função de formar nos adolescentes uma sólida cultura geral, marcada pelo cultivo a um tempo das humanidades antigas e das humanidades modernas, e bem assim, de neles acentuar e elevar a consciência patriótica e a consciência humanística. / Este último traço definidor do ensino secundário é de uma decisiva importância nacional. (BRASIL, 1942, p.34)

Assim, a educação deveria formar o sujeito com a educação moral e cívica, a fim de que o indivíduo desenvolvesse uma consciência patriótica.

É com a educação moral e cívica que se cerra e se completa o ciclo da educação individual e coletiva e é por ela que se forma o caráter do cidadão, infundindo-lhes não apenas as preciosas virtudes pessoais senão também as grandes virtudes coletivas que formam a têmpera das nacionalidades - a disciplina, o sentimento do dever, a resignação nas adversidades nacionais, à clareza nos propósitos, a presteza na ação, a exaltação patriótica." (CAPANEMA, apud SCHWARTZMAN, 1984, p. 192).

Dessas acepções, cabe salientar que o objetivo da educação se resumia em:

[...] preparar o homem para, através do uso responsável de sua liberdade, tornar-se agente eficaz da promoção de sua comunidade, mostrando que este objetivo geral envolve os aspectos particulares, e salientando que o dualismo, que dissocia a educação, enquanto processo de ensino, enquanto processo de formação intelectual, enquanto processo de educação moral, compromete a formação integral que deve dar responsabilidade moral para saber usar todo o equipamento adequado, dentro dos fins de uma educação nacional. (BRASIL, 1976, p. 331)

Deste modo, a valorização do “eu” do brasileiro e a criação de uma identidade estaria presente nos indivíduos, a partir do momento que a preocupação com a moral e o civismo se instalava na educação, devido à concepção do que seria ser cidadão da época.

Por meio da Reforma, inicia-se um debate a respeito da educação, na tentativa de reformar o ensino brasileiro e, assim, desenvolver um projeto de leis que norteassem o processo educacional, as Leis de Diretrizes e Bases (LDB).

Na década de 1940 mais da metade das empresas instaladas no Brasil eram privadas, deste modo, a função do Estado, se resumia em estabelecer um ensino que garantisse qualidade e desenvolvimento. O currículo formulado priorizou a formação cultural dos indivíduos e a ascensão das elites, criando, portanto uma estrutura complexa as instituições de ensino, sendo esta pública ou privada. Assim, cabe ressaltar que por meio da Reforma a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino público foram conquistadas.

A Reforma Capanema, concretizou a ideia do ensino dual no ensino médio proposta por Francisco Campos, no qual se fundamentou na Constituição de 1937. Deste modo, o sistema de ensino seria “[...] bifurcado, com um ensino público destinado as “elites condutoras” e um ensino profissionalizante para as classes populares” (GHIRALDELLI JR, 1992, p. 84).

Esta estrutura de ensino seguiu a estrutura da sociedade, o capitalismo que era regido pela ditadura do Estado novo, que por sua vez dividia a sociedade em classes. Assim, com o ensino dividido, o homem por meio do aprimoramento profissional conseguia ascensão social.

Deste modo, ao realizar a análise da Lei Orgânica do Ensino Secundário, pode-se perceber que seu objetivo era formar “elites” a fim de dar continuidade ao sistema educacional e político, pois quem poderia governar estes setores eram os indivíduos bem favorecidos.

[...] o sistema educacional brasileiro constituiu-se no agente exclusivo de formação das camadas superiores para o exercício das atividades político-burocráticas e das profissões liberais, consolidando um padrão de ensino humanístico e elitista. (XAVIER, 1990, p. 59).

Desta forma, segundo Xavier (1990), o ensino visava formar o sujeito com identidade nacional, assim, o currículo deveria prover aos alunos uma cultura geral.

Segundo Zotti (2004), o ponto principal da Reforma Capanema seria a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que fortaleceria ainda mais o caráter elitista da educação já existente na Reforma Francisco Campos.

O caráter elitista do ensino secundário de formação geral foi escancaradamente explicitado na lei. Haveria uma adolescência (diga-se da classe burguesa) predestinada à condução da sociedade e que teria acesso a um ensino específico, que não se limitasse ao simples desenvolvimento dos atributos naturais do ser humano, mas, que tivesse a força de ir além dos estudos de meras informações literária, científica ou filosófica, que fosse capaz de dar aos adolescentes uma concepção de homem e do ideal da vida humana, formando assim as individualidades dirigentes, esclarecidas de sua missão social e patriótica, sendo eles os responsáveis pela divulgação ideológica desses princípios ao povo (ZOTTI, 2004, p.108).

Neste período, tem-se uma nação voltada para o desenvolvimento, sendo este propício à elite. Desta forma, tinha-se que a situação política atuante no país não passava de uma ideologia, isto é, esta fazia com que os homens acreditassem que o desenvolvimento da nação favoreceria a todos, mesmo a realidade não se apresentando desta forma.

A partir dessas acepções, verifica-se que o crescimento econômico, político, intelectual e moral não eram igualitários, ou seja, o Estado oferecia um desenvolvimento superficial para a maioria da população, pois na verdade seu interesse estava em suprir as necessidades da elite.

Romanelli (2002) afirma que o ensino secundário deveria formar nos adolescentes uma cultura geral, destacando as transformações da humanidade. Assim, a articulação entre o ensino e outros conhecimentos (outras modalidades) era imprescindível, pois por meio desta metodologia o aluno poderia adquirir o conhecimento de forma mais completa. Neste sentido, com a exposição de motivos do decreto, feita por Gustavo Capanema, tem-se que:

A reforma atribui ao ensino secundário a sua finalidade fundamental, que é a formação da personalidade do adolescente. [...] É de notar, que formar a personalidade, adapta o ser humano as exigências da sociedade, socializá-lo, constitui finalidade de toda espécie de educação (ZOTTI, 2004, p.107).

Desta forma, é necessário ressaltar que a Reforma Capanema alcançou seu objetivo, conforme indicava as Exposições de motivos do Decreto-lei 4.244/42: “[...] cumpre-lhe essencialmente formar o espírito científico, isto é, a curiosidade e o desejo da verdade, a compreensão da utilidade dos conhecimentos científicos e a capacidade e aquisição destes conhecimentos” (Exposição de motivos do Decreto lei n. 4.244/42). Assim, tem-se que o método de ensino utilizado estava centrado no aluno, ou seja, o professor servia como mediador no processo de aprendizagem, a partir de uma orientação, ocasionando uma reconstrução de experiências e conhecimento.

Segundo Zotti (2004), Xavier (1990) e Romanelli (2002), o caráter elitista do ensino secundário pode ser percebido por meio da educação moral e cívica, pois o ensino secundário visa formar a consciência patriótica, tornando o ser cada vez mais individualista e responsável pela nação. Desta forma, Capanema em depoimento, justifica esta educação:

Adotar-se-á a esse respeito a melhor ligação pedagógica, isto é, a orientação de que o meio eficiente de atingir essa modalidade de educação não será a inclusão de programa instrutivo dos deveres humanos, não será ministrar uma especial preparação intelectual dessa matéria, mas desenvolver nos alunos uma justa compreensão de vida e da pátria e fazê-los desde cedo e em todas as atividades e circunstâncias da vida escolar, efetivamente viver com dignidade e fervor patriótico. (BRASIL, 1942).

Dessas acepções, tem-se que com este novo formato de organização educacional, o currículo se modificou, ficando constituído o primeiro ciclo do ensino:

Português (I,II,III,IV), Latim, (I,II,III,IV), Francês (I,II,III,IV), Inglês (II,III,IV), Matemática (I,II,III,IV), Ciências Naturais (III,IV), História Geral (III), História do Brasil (III,IV), Geografia Geral (III), Geografia do Brasil (III,IV), Trabalhos Manuais (III), Desenho (I,II,III,IV), Canto Orfeônico (I,II,III,IV). (Decreto-lei n. 4244-1942).

Assim, cabe ressaltar que o colegial era dividido em duas modalidades, sendo estas o curso clássico e o curso científico, no qual visavam preparar alguns para o ensino superior (elite). O curso clássico era dividido em

- a) Curso Clássico – 3 séries: Português (I,II,III), Latim (I,II,III), Grego (optativo)(I,II,III), Francês (optativo) Inglês (optativo), Espanhol (I,II), Matemática (I,II,III), História Geral (I,II), História do Brasil (III), Geografia Geral (I,II), Geografia do Brasil (III), Física (II,III), Química (II,III), Biologia (III), Filosofia (III).
- b) Curso Científico – 3 séries: Português (I, II,III), Francês (I,II), Inglês (I,II), Espanhol (I), Matemática (I,II,III), Física (I,II,III), Química (I,II,III), Biologia (II,III), História Geral (I,II), História do Brasil (III) Geografia Geral (I,II), Geografia do Brasil (III), Desenho (II,III), Filosofia (III) (Decreto-lei n. 4244-1942)

Zotti (2004) destaca que o currículo ao ser elaborado sofreu influências da pedagogia nova, pois não bastava apenas ministrar o conhecimento científico, era preciso formar o

sujeito para a boa vivência em sociedade. Assim, o ensino secundário se define em sete anos, sendo quatro anos no ciclo ginásial e três anos no colegial.

Deste modo, o currículo do ensino secundário deveria ser composto por:

[...] a) disciplinas intelectuais (obrigatórias – português, história, geografia, matemática e ciências); b) as práticas educativas artísticas ou úteis; c) as práticas educativas físicas; d) a educação moral e cívica e religiosa (também consideradas práticas educativas). (ZOTTI, 2004 p. 124)

Após a análise do currículo, nota-se que o mesmo tinha por objetivo, apresentar disciplinas que favorecessem a formação do sujeito cidadão, isto é, um homem com identidade nacional, patriota, apto para o voto, ou seja, a escola tinha como princípio instruir o indivíduo para a vida, para a realidade social. Neste sentido, tem-se que algumas disciplinas que abordam conteúdos capazes de favorecer a formação deste homem são apresentadas em todas as séries como, história geral, história do Brasil, geografia geral, geografia do Brasil, filosofia, educação moral e cívica e língua portuguesa. Deste modo, cabe salientar que apesar destas disciplinas se apresentarem em todas as séries, há um equilíbrio com as outras disciplinas, que não são menos importantes.

A disciplina de história, por exemplo, é imprescindível para a formação da identidade nacional no sujeito, pois por meio dela o homem pode conhecer e compreender os fatos passados e os presentes, haja vista que a história é um processo consequente da ação do homem. Assim, cabe ressaltar, que a história pode ser manipulada, isto é, ela pode ser contada de várias formas, de modo a favorecer os interesses dominantes. O mesmo ocorre com a disciplina de geografia e filosofia, sendo que por meio delas o aluno pode se apropriar do conhecimento que convém ao Estado.

A disciplina de moral e cívica é totalmente voltada à formação do homem submisso a nação, isto, pois os conteúdos abordados nestas disciplinas visam enquadrar os sujeitos de forma igualitária, isto é, por meio destes conteúdos a ideologia de nação perfeita é inserida no meio da sociedade. Já a disciplina de língua portuguesa, é necessária neste processo, pois ensina a língua nacional, mostrando que seu domínio é imprescindível.

Dessas acepções, verifica-se que o ensino, bem como o currículo que o rege, segue o contexto político, social e econômico, de modo a garantir os interesses de quem está no poder. Observando isso, fica evidente a discriminação da educação entre as classes sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário analisar que a Reforma Francisco Campos e Capanema, tiveram por objetivo reestruturar a educação no país, no qual por meio do dualismo fortaleceu o ensino voltado para a elite, que por sua vez se estabelecia por meio do contexto social, político e econômico da época. Assim, tem-se que a educação seguia as ideologias políticas.

A necessidade de um ensino voltado para a capacitação de pessoal para o trabalho era notória devido ao processo de industrialização, valorizando, portanto, os conhecimentos científicos. Mesmo com tal necessidade, um ensino voltado para a formação humanista e cultural estava cada vez mais presente, sendo assumido no currículo do ensino secundário. As reformas garantiram uma formação profissionalizante para o povo, com organização e currículos diferenciados, mas não abriram mão de conduzir a elite ao ensino superior.

Algumas falhas são apontadas por autores no processo de reformas educacionais, promovido por Gustavo Capanema. Para Saviani (2007), por exemplo, o caráter destas reformas era centralista, dualista, burocrático, elitizado, pelo motivo de separar o ensino secundário do profissionalizante, isto é, por meio da reforma fortaleceu a divisão social, no qual apenas a elite alcançava o ensino superior, restando às outras classes procurar o ensino primário e profissionalizante.

A educação nada mais é do que uma atividade que permite aos indivíduos se apropriar do novo conhecimento, isto é, dos objetivos humanos produzidos de forma histórica e coletiva por um conjunto de homens. Deste modo, ressalta-se que nossa sociedade está dividida em classes de interesses opostos, no qual a classe dominante impõe seus desejos como princípio. Neste sentido, a escola em meio a esta sociedade se torna objeto de disputa entre as classes fundamentais. Assim, é certo que as forças dominantes formulem as políticas educacionais de forma a satisfazerem, primeiramente, suas vontades.

Desta forma, é necessário salientar a importância de rever a função da instituição escolar e sua forma de gestão, pois em toda escola, em qualquer aula e para alunos de todos os níveis de ensino, deve sempre prevalecer a aprendizagem significativa, em que a novidade de um fato ou dado se associe sempre com o conhecimento do mesmo e sua vivência.

REFERÊNCIAS

BELLO, José Luís de Paiva. **História da Educação no Brasil** - Período da Segunda República (resumo do Manifesto). Pedagogia em Foco. Página visitada em 3 de junho de 2011.

BRANDI, Paulo. **Ministro da Educação e Saúde**. Disponível em:
<http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 12 Nov 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário.

_____. Exposição de Motivos do Decreto - Lei nº 4.244, de 01 de abril de 1942.

_____. Ministério da Educação e Cultura. **Educação no Brasil: Textos Selecionados**. Brasília: MEC, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 11ª ed. Editora: Civilização Brasileira, 2008.

FAUSTO, Boris. **A Formação da Classe Operária: determinações estruturais**. In: Trabalho urbano e conflito social (1890-1920). São Paulo: Difel, 1977.

GHIRALDELLI JR., Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2000.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Reformas de ensino, modernização administrada: a experiência de Francisco Campos – anos vinte e trinta**. Florianópolis: UFSC, 2000.

NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2ª ed. Rios de Janeiro: DP&A, 2001.

PILETTI, Nelson. **História da Educação no Brasil**. 6. Ed. São Paulo: Ática, 1996.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba/ Antonio Carlos Ferreira Pinheiro**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil**. Ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

_____ ; Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil**. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____ ; Otaíza de Oliveira, **História da Educação no Brasil**. 27. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **Historias das Idéias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Estado Novo, um auto-retrato** (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

_____ ; BOMENY Helena Maria Bousquet; COSTA Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra; Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

_____. Gustavo Capanema e a educação brasileira: uma interpretação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. 66 (153), 165-72, Mai/Ago. 1985.

XAVIER, M. E. S. P. **Capitalismo e educação no Brasil: a constituição do liberalismo em ideologia educacional e as reformas do ensino (1931-1961)**. Campinas: Papirus, 1990.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Editora Autores Associados, 2004.